

NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA: A CULTURA JORNALÍSTICA DAS TELEVISÕES BRASILEIRA E PORTUGUESA

NEWS FROM AMAZON: THE JOURNALISTIC CULTURE OF BRAZILIAN AND PORTUGUESE TELEVISIONS

Lúcia Helena Mendes Pereira*

RESUMO:

Essa investigação identifica e procura os fatores políticos e culturais que impedem ou promovem a prática democrática do Jornalismo hegemônico nas televisões portuguesa e brasileira sobre o território brasileiro conhecido como “Amazônia Legal” - conceito político-estratégico com fins econômicos, forjado pelo governo do Brasil. O foco desse estudo são os critérios de noticiabilidade proferidos pelas comunidades interpretativas da Televisão e Rádio de Portugal - TV RTP - e pela Rede Globo de Televisão - TV Globo, entre os anos de 2005 e 2011, como importantes fatores, tanto para a manutenção do exercício da colonialidade de poder (QUIJANO, 1991, 1993, 1994), como para a evocação de práticas democratizantes no imaginário social sobre o debate da crise ambiental. Trata-se assim, de uma reflexão crítica assentada na Teoria Pós-colonial, dos Estudos Culturais, dos valores ético-culturais da produção jornalístico-televisiva generalista de quatro jornais diários na televisão portuguesa e um jornal diário da televisão brasileira. O método seguido foi o Estudo de Caso Extendido (BURAWOY, 1998) combinado com a Etnografia Multi-Situada (MARCUS, 1998). Como resultado, apresenta os fatores hegemônicos atuantes nas notícias de ambas as televisões e as insurgências contra-hegemônicas apreendidas.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria pós-colonial, Amazônia, jornalismo ambiental.

ABSTRACT:

This investigation identifies and seeks political and cultural factors that impede or promote democratic hegemonic practice of Journalism in Portuguese and Brazilian televisions over the Brazilian territory known as “Legal Amazon” - political-strategic concept for economic purposes forged by the government of Brazil. The focus of this study is

* Professora adjunta do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT); doutora em Sociologia e Antropologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), em Portugal. TOCANTINS, Brasil. luciahelena@mail.uft.edu.br

the criteria for newsworthiness given by the interpretive communities of Television and Radio Portugal - RTP TV - and the Globo Television Network - TV Globo, between the years 2005 and 2011, as important factors for both the maintenance the exercise of the coloniality of power (Anibal Quijano, 1991, 1993, 1994), and for the evocation of democratizing practices in the social imaginary about the debate on the environmental crisis. It is, thus, a critical reflection based on Postcolonial Theory, of the Cultural Studies, of ethical and cultural values of the generalist television newscast production of four daily newscasts in Portuguese television and one daily newscast of Brazilian television. The method pursued was the Extended Case Study (BURAWOY, 1998) combined with the Ethnography Multi-Sited (MARCUS, 1998). As a result, it presents the hegemonic factors acting in both televisions news and the counter-hegemonic insurgencies apprehended.

KEYWORDS: Post-colonial theory, Amazon, environmental journalism.

INTRODUÇÃO

A questão ecológica se impõe às sociedades mundiais por força da necessidade imposta pelas catástrofes ambientais que vêm acometendo o planeta e pelas velozes transformações ambientais do globo terrestre. Imposições que vem ocorrendo no domínio da regulação e da governação da ciência e da tecnologia, pautando o desenvolvimento dos estados-nação, das relações internacionais e, fundamentalmente, o presente e o futuro dos cidadãos e da natureza.

O Jornalismo ganha, assim, destaque nas especulações sobre a compreensão e a identificação dos fatores sociopolíticos conflituosos que obstaculizam a informação socioambiental e um possível fomento do debate entre cidadãos, governos e cientistas sobre as questões ambientais pertinentes na atualidade. Tal destaque inspirou a investigação que trata esse artigo, realizada no âmbito do programa de doutorado Pós-Colonialismos e Cidadania Global, realizado pela autora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Portugal.

O recorte da pesquisa escolhido foi a análise da produção hegemônica televisiva pelas comunidades interpretativas atuantes no jornalismo de língua portuguesa, a saber: a informação ambiental nas televisões de sinal aberto dominantes no Brasil e em Portugal, países onde há relevante produção sobre o recorte temático: o território amazônico brasileiro. A Amazônia é uma região de relevância mundial para cultura ambiental por abrigar grande biodiversidade de fauna, flora e humana, além do seu potencial de

resgate das emissões do Dióxido de Carbono (CO₂), o principal gás contribuinte para o aquecimento do globo terrestre. Mas não só. A importância que norteou a escolha da Amazônia como tema da pesquisa foi, para falar no jargão da comunicação, um ruído pedagógico sentido pela autora em sala de aula na tarefa de treinar novos jornalistas com consciência ambiental democrática para atuarem nos conteúdos noticiosos sobre a Amazônia brasileira e que têm possibilidade de alcance de todas as esferas públicas falantes da língua portuguesa.

Já a escolha da televisão partiu da convicção da força hegemônica que este meio de comunicação ainda exerce em nossos dias sobre as sociedades, apesar do veloz desenvolvimento das chamadas novas mídias. Significa dizer, portanto, que se considerarmos como necessária a mudança do pensamento nas diversas esferas públicas em favor de uma cultura crítica ambiental, temos necessariamente que considerar a televisão como importante coadjuvante nesta tarefa e não nos conformarmos apenas com os meios alternativos, comunitários ou estabelecidos em nichos de especialização deste saber. Afinal, como disse Gramsci em a Dialética da História:

O fato de uma multidão de pessoas seja levada a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e original do que a descoberta por parte de um “gênio”, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (1981, p. 118).

A Amazônia está ainda no centro do interesse nacional brasileiro para planejamento do seu desenvolvimento e também no centro do interesse mundial, mas antes de mais nada, é território que - para além da vida vegetal e animal - abriga a vida de 25 milhões de brasileiros, entre eles minorias étnicas e povos cuja vida está condicionada aos contextos desse território.

O principal objetivo da investigação foi o de encontrar os caminhos possíveis de uma pedagogia que absorva o *ethos* do conceito de ecologia dos saberes¹ (SANTOS, 2008), para pensar uma melhor formação do ensino do Jornalismo no próprio território da pesquisa, ou seja, na Amazônia Legal. Um conceito político usado pelos brasileiros ao definir a região amazônica, como veremos em pormenores mais à frente. Isto, sem perder de vista o contexto histórico-cultural e político das nações envolvidas e suas relações internacionais para, a posteriori, vir a contribuir na ampliação e qualificação da representação das questões ambientais da Amazônia na imprensa de língua portuguesa, seja na dimensão local ou global.

A hipótese central era que os obstáculos sofridos para a fruição da informação ambiental democrática² se dava através dos conflitos políticos e jogos de interesses econômicos públicos e privados alimentados pela colonialidade de poder³ (QUIJANO, 1991, 1993, 1994) que atingem não só a produção deste gênero jornalístico na mídia, em tempos de capitalismo, mas também no despreparo cultural da comunidade interpretativa em jogo - os jornalistas -, originado da histórica separação epistemológica e institucional entre as ciências naturais e as ciências sociais, entre conhecimentos científicos e conhecimentos tradicionais e/ou alternativos, prática oriunda da lógica hegemônica do pensamento científico dualista e cartesiano. A colonialidade de poder está também expressa constantemente nos meios de comunicação promovendo uma persistência profunda e duradoura (que já dura 500 anos) da dominação/exploração de uma população, incluindo as relações racistas.

Para tanto, o percurso teórico foi no sentido de resgate histórico da representação cultural do território-tema da pesquisa, passando pela problematização também teórica da ética da cultura jornalística em seu contexto de produção, ou seja, na prática dos princípios éticos da escolha de agendamento dos fatos a tornarem-se notícias e nas escolhas de construção da linguagem de tais notícias sobre a região da Amazônia Legal à luz do pensamento dos estudos culturais pós-coloniais. Tal teoria forneceu a escolha dos lugares de olhar - os objetos a serem estudados - e o fundamento do método de análise que combinou a análise comparativa qualitativa própria do Estudo de Caso Estendido (ECA)⁴, baseada por vezes na observação participante (BURAWOY, 1998) combinada com a utilização da etnografia multi-localizada (MARCUS, 1998)⁵, que obteve apoio das técnicas de entrevistas e análise documental. Mas toda a análise vale-se da perspectiva teórica do *Newsmaking*⁶, entendendo que seria impossível um olhar para todo o vasto campo dos aspectos de produção da notícia por um olhar individual. Escolheu-se então a perspectiva ética das escolhas dos acontecimentos e de construção da linguagem nas notícias como valores pragmáticos das técnicas jornalísticas na representação da Amazônia: os critérios de noticiabilidade escolhidos e praticados pelas comunidades interpretativas hegemônicas na televisão brasileira - a TV Globo - e na televisão portuguesa - a TV RTP, entre os anos de 2005 e 2011. Esses critérios são os “valores-notícia”⁷, amplamente compartilhados pela comunidade interpretativa de jornalistas. A classificação utilizada pela pesquisa foi a de Traquina (2002), por sua completude teórica.

Como resultado, a pesquisa desvela não só uma macro narrativa repleta de colonialidade de poder atuante em construções estereotipadas, e concepções homogeneizantes que obstaculizam a fruição da informação ambiental para o debate democrático, confirmando a hipótese da tese; como também revela as maneiras diversas marcadas por cognições diferentes pelas comunidades interpretativas, portuguesa e brasileira.

O recorte temporal da investigação apresenta ainda o interesse jornalístico das duas televisões estudadas sobre a Amazônia de modos diferentes e mostra as rotinas dos *gatekeepers*⁸ nas origens das produções e seus encaminhamentos. Nestes percursos puderam ser percebidos portões fechados e abertos para as notícias sobre a Amazônia, ou seja, não só a permanência da colonialidade de poder na cultura jornalística de ambas as televisões, mas também insurgências importantes para a conjectura de uma perspectiva tradutória da cultura jornalística em favor da cultura ambiental em debate.

GLOBALIZAÇÃO E CRISE ECOLÓGICA À LUZ DA TEORIA PÓS-COLONIAL

Em linhas gerais, por “globalização” entende-se um processo “inevitavelmente” mais veloz que ultimamente vem unindo as nações a valores econômicos e simbólicos homogêneos a serviço do também “inevitável” regime de acumulação capitalista mundial. Por “crise ecológica”, numa espécie de mono causalidade a-histórica e trágica, entende-se as transformações nos ciclos naturais do planeta como consequência da grande transformação urbano-industrial que ganhou uma escala sem precedentes a partir do século XX, no referido processo globalizador.

Entretanto, cada vez mais surgem discursos - predominantemente proferidos pela comunidade científica - de que a crise ecológica atual, pela primeira vez não é apenas uma mudança apenas natural. É uma mudança da natureza induzida pelas concepções metafísica, filosófica, ética, científica, política e tecnológica do mundo. A crise ecológica, então, está intrinsecamente ligada à concepção do modo como a globalização se realiza, nos obrigando a pensar a reestruturação do cenário, político, científico e educativo como o problema mais importante do século XX e inaugurador do século XXI. É uma questão que não emana unicamente da evolução da matéria, mas que se revela no mundo objetivo trazendo novos e complexos problemas para o meio ambiente.

Saímos assim do discurso da globalização para pensarmos a globalização dos discursos, promovidas pela emergência e ampliação da virtualidade do mundo. Nas últimas décadas, principalmente, a globalização hegemônica e seu discurso desenvolvimentista adquiriu formato associado a um caráter mundializado das relações de mercado e às formas neoliberais de governos. Ou seja, o processo de globalização assentado no modelo de desenvolvimento dos valores capitalistas é exatamente o que está posto em xeque pela crise ecológica, a partir de uma ideia muito simples: não é possível um crescimento infinito num planeta finito.

Em relação à crise ecológica o pensamento pós-colonial mergulha na contradição capital-natureza, na procura por revelar quem é o bloco de poder e quem são os atores sociais ou naturais que podem produzir uma mudança social e ambiental emancipatória. Tal teoria, por sua vez, vem se consolidando nas últimas décadas como uma nova análise crítica das conflituosas relações centro-periferia criada pelo colonialismo e pela expansão do capitalismo nesse processo chamado de globalização. Trata-se, portanto, de um ponto de vista político que procura revelar neste modelo de desenvolvimento escolhido e apoiado pela ciência na dita modernidade as complexidades, ambiguidades e contradições desse processo de formação de mundo polarizado entre um “centro” constantemente explorador, e “periferias” constantemente exploradas, provocando fraturas em ambos os lados que formam um mundo extremamente desigual. As vezes que surgem do pensamento pós-colonial procuram imaginar uma era de pós-desenvolvimento e de produção de conhecimento decolonizante. São olhares para a perspectiva de uma “insurgência epistêmica” de práticas, saberes, epistemologias e cosmologias indígenas, camponesas, afrodescendentes (FERGUSON, 1990; ESCOBAR, 1995; SACHS, 1992; RIST, 2008).

Não se trata, logicamente, de rejeitar incondicionalmente toda a ciência moderna. Trata-se sim do entendimento da noção de desenvolvimento como um projeto. Isso desvela que o modelo escolhido não é só econômico, mas também histórico político e cultural. Cultural porque surge de uma experiência particular: a modernidade europeia e suas escolhas que subordinaram outras culturas aos princípios ocidentais. Princípios esses que foram sedimentados pela revolução científica citada, a saber: o indivíduo racional não vinculado a nenhum lugar ou comunidade; a separação de natureza e cultura; a economia do social e do natural; a primazia do conhecimento especialista

ou científico sobre todos os outros tipos de conhecimento. Esta forma particular de modernidade tende

[...] a crear lo que la ecóloga hindu, Vandana Shiva, llama “monocultivos mentales”. Erosiona la diversidad humana y natural. Por esto el desarrollo privilegia el crecimiento económico, la explotación de recursos naturales, la lógica del mercado y la búsqueda de satisfacción material e individual por sobre cualquier outra meta (ESCOBAR, 2010, p.22)⁹.

No devir dessa crítica à modernidade, surge o termo que Anibal Quijano (1991, 1993, 1994) cunhou para conceituar esses efeitos e diferenciá-los do conceito de colonialismo assentado no imaginário epistêmico apenas no passado desses povos: o conceito de “colonialidade de poder”. Como o próprio termo conduz, se trata de uma identidade que insere resquício, ou resíduo, mas também naturalização dos processos de dominação/exploração do poder colonial entranhada, arraigada persistentemente nas mentalidades e comportamentos político-sociais, tanto nos próprios países que sofreram o processo violento da colonização (também denominado de colonialismo interno), quanto “por um poder cuja sede se localiza noutra jurisdição territorial” (QUIJANO, 2010).

Faz-se necessário, portanto, atrelar três eixos na procura pela colonialidade de poder na crise ecológica que se encontram fortemente entrelaçados: as formas de conhecimento a que se refere, o sistema de poder que regula suas práticas e as formas de subjetividade fomentadas no discurso da crise. A pesquisa configurou-se apenas como um desses espaços de observação, na difícil interface entre os vários conhecimentos científicos e não científicos, nas relações culturais de poder, questões ambientais e de desigualdades sociais. Para tanto, procura primeiro a percepção dos ocultamentos, silenciamentos e estratégias enunciativas nas formações discursivas sobre a Amazônia - objeto tema da pesquisa - de uma forma de comunicação que surge no mundo moderno quase que ao mesmo tempo em que a crise ecológica no processo histórico, como cânone literário¹⁰ desta globalização neoliberal: o jornalismo.

A intenção foi a de seguir a trilha teórica aberta por Sousa Santos na busca por um localismo-globalizado¹¹ da problemática política-ambiental amazônica em dois países semiperiféricos: o Brasil e Portugal. O Brasil como semiperiferia do Sul; e Portugal, do Norte. Recorte que permite enxergar o encontro/desencontro, entre colonizado e colonizador falantes da mesma língua e, ainda, local globalizador do poder das questões ambientais que incidem sobre o território da Amazônia, através da linguagem.

SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UM LOCALISMO GLOBALIZADO

A Amazônia representa assim, um dos três eldorados reconhecidos na contemporaneidade como capital de realização futura e fonte de poder para as ciências e para o sistema capitalista. Os outros dois são os fundos oceânicos e a Antártica. Os oceanos ainda não são regulamentados juridicamente e a Antártica é partilhada entre as potências mundiais. A Amazônia, então, é o único território repleto de riquezas naturais que está sob soberanias de Estados Nacionais, sendo que 60% do seu território estão sob a soberania do Estado brasileiro. É isto que faz do Brasil o centro das atenções tanto do novo contexto de sustentabilidade da Terra, como do apetite capitalista por progresso infinito. O recorte territorial dessa pesquisa incluiu em sua abrangência as áreas de conflitos específicos da crise na Amazônia. E tais conflitos não incidem apenas nas regiões do bioma florestal, são até mais intensos na área do entorno dessa floresta, abrangendo grande parte do bioma do Cerrado. Assim, o recorte territorial escolhido para este estudo foi a área chamada de “Amazônia Legal”¹² - um conceito político criado a partir de um discurso de uma pretensa garantia da soberania econômica nacional brasileira no domínio, planejamento e controle da atuação das forças estrangeiras na exploração da riqueza natural dos biomas amazônicos e seu entorno.

A ferramenta política delimita o que é área de prioridade para o desenvolvimento econômico da nação brasileira. Atualmente a área da Amazônia Legal engloba nove estados da federação brasileira - Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e boa parte do Maranhão - local onde vivem cerca de 60% da população indígena entre o todo de 25 milhões de brasileiros, ou seja, 12,5% da população do país. Veja a abrangência territorial na figura abaixo:

Figura 1: Área da Amazônia Legal

Fonte: Instituto Socioambiental (2009).

Assim a área compreende todo o bioma florestal, parte do bioma do Pantanal e parte do bioma do Cerrado e, portanto, possui características ambientais muito diferentes. Ao tratar juridicamente toda a área como suscetível ao plano do governo de valorização da Amazônia, vai se criar, mais à frente, conflitos no desenvolvimento da legislação ambiental do país. Em linhas gerais, o bioma do Cerrado, por exemplo, fica invisível com todas as suas particularidades e sua enorme biodiversidade. Santos chama metaforicamente a racionalidade de tal ação política de “razão metonímica”¹³,

Não há compreensão nem ação que não seja referida a um todo e o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõe. Por isso, há apenas uma lógica que governa tanto o comportamento do todo como o de cada uma das suas partes. Há, pois, uma homogeneidade entre o todo e as partes e estas não têm existência fora da relação com a totalidade (SANTOS, 2008, p.97).

Mas não apenas a invisibilidade de um bioma se configura como uma forma de ausência neste território. Apenas na linha do pensamento de Santos há cinco maneiras de se produzir ausências através dessa racionalidade e suas lógicas monoculturais, classificatórias, produtivistas e de dominação. Não cabe neste artigo defini-las até porque isto é muito bem realizado nas obras do referido autor, mas vale ao menos apontar como a representação discursiva da Amazônia tem sido realizada sob essas formas racionais dominantes desde a época da colonização até os dias atuais, para sublinhar suas ausências.

A colonialidade de poder, perpetuada numa tríade de matriz discursiva, de uma Amazônia rica, vazia e vulnerável chega ao século XX através da lógica da monocultura do saber¹⁴ na representação literária e poética naturalista; da lógica da classificação

social¹⁵ ocultando a dicotomia entre exploradores e explorados; na lógica da escala dominante universal¹⁶ com o mito do bom selvagem na preservação da natureza; e, por fim, na lógica produtivista¹⁷ brasileira, no discurso desenvolvimentista capitalista de crescimento infinito.

Apoiados nesses saberes hegemônicos, os interesses globais imperam nas decisões políticas internacionais e nacionais, e ainda traduzem na mentalidade ocidental um desconhecimento ou um conhecimento parcial sobre a atual realidade amazônica, idealizando-a como um território desabitado e, no entanto, repleto de recursos naturais considerados como “patrimônio da humanidade”, invisibilizando o problema estrutural histórico da Amazônia nos impasses estruturais brasileiros e transformando inclusive os seres humanos que habitam a Amazônia em espécies importantes para os interesses da visão hegemônica sobre a biodiversidade¹⁸ do planeta, já que o *World Resources Institute* (WRI) ampliou a definição incluindo a diversidade genética e variedade de indivíduos e populações ao conceito.

A necessidade desta perspectiva crítica do conhecimento hegemônico assentada na recusa de sua generalização teórica para reconhecimento da diversidade dos conhecimentos subalternizados é, na prática, a reconstrução do pensamento visando indicar e limitar os desvios dominantes em todas as suas performances da relação saber-poder. Isto nos traria de volta os sujeitos do lado oprimido a pensarem a própria opressão, ressitando o ego político dos povos amazônicos e sua estreita relação com a Natureza: um ego ecológico.

Este ego ecológico, situado nos termos dialéticos da colonização da Amazônia, nos força à crítica do próprio conceito de desenvolvimento sustentável, pois este, para adquirir sentido contra hegemônico, não pode somente pretender a normatização do direito ao futuro (*culturus*), precisa necessariamente nos remeter à memória do passado (*cultus*). É impossível pensar no que se quer para o futuro se não for clara a compreensão do passado, a memória imprimida na cognição social dos povos que sofreram a violência da colonização e desenvolveram práticas de resistência que foram se forjando na linguagem e seus sentidos históricos. Afinal, a sustentabilidade imprimida no conceito certamente para esses povos já estava impressa e garantida em sua cultura passada, em seu convívio com e na Natureza. Se o presente é insustentável para a Natureza desses povos é porque tal sustentabilidade lhes foi suprimida.

Por isso, ao invés de usar o conceito de desenvolvimento sustentável, prefiro neste trabalho esboçar o conceito de “envolvimento sustentável” entre esses povos e a Natureza, clamando a volta do egoecopolítico para o presente e o futuro dos mesmos sem deixar “a expiação e reparação das desigualdades passadas e, que deveria ter por objetivo maior promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem em piores condições no território linguístico” (SACHS, 2008, p. 13-14).

TELEJORNALISMO, PÓS-COLONIALISMOS E MEIO AMBIENTE

A cultura da objetividade no jornalismo, por sua vez, serve a esta colonialidade de poder com a separação dos fatos da opinião, na lógica da objetividade como contrato entre padrões e jornalistas; na lógica epistemológica do jornalismo estadunidense, como se a separação dos valores dos fatos fosse garantia de verdade; das técnicas objetivas do fazer jornalístico na busca pela imparcialidade; além da objetividade retórica quando jornalistas acreditam que estão apenas entregando fatos às esferas públicas e que nada têm a ver com eles. Um engendramento perpétuo de ausências.

A saída que há no horizonte aponta para o que tem sido nomeado de Jornalismo Público ou Cívico por diversos pensadores sociais. Agarrada nestas propostas, procuro respostas ou possibilidades de respostas para a questão central da pesquisa. O Jornalismo Ambiental no bojo dos noticiários generalistas poderia se tornar uma tradução cultural na contemporaneidade entre ciência e população? Ou seja, uma tradução como local de promoção da interculturalidade através da linguagem, nas palavras do Doutor Antônio de Sousa Ribeiro: “como núcleo de uma noção de transformação social numa perspectiva de descolonização” (2005, p.9) da Amazônia. Então, ensejo o jornalismo em três dimensões: na dimensão ético-cognitiva dos jornalistas com o pensamento ecológico; com o pensamento econômico e nos valores de construção da linguagem.

Para isso, e no entendimento de que o valor da objetividade não pode e não deve ser completamente abandonado sob o risco de confundirmos jornalismo e ficção, recorro ao conceito de objetividade desinteressada de Jay Rosen (2003). Um telejornalismo que é objetivo apenas para a apresentação de fatos de interesse público na perspectiva de incitamento do debate nas esferas públicas. E o debate importa se estiver a serviço de quatro campos sociais, como teorizou Boaventura de Sousa Santos. No campo das experiências de conhecimentos para a partilha entre conhecimentos tradicionais e novos conhecimentos como agroecologia, justiça indígena. No campo das experiências

de desenvolvimento com partilhamento entre economias diferentes como economia capitalista e economia solidária ou popular; no campo do reconhecimento das diferenças, na refutação dos sistemas de classificação natural e social; e, por fim, no próprio campo da comunicação para o estabelecimento de diálogos entre os fluxos globais de informação e as redes alternativas na perspectiva de uma metacomunicação constante (SANTOS, 2008, p. 120-122).

Ficou evidente que isso só é possível em democracias de alta intensidade, ou seja, sustentada por uma comunidade de destino com um nível alto de cidadania (BALIBAR *apud* MENDES, 2004), mas tal tarefa está posta na utopia das sociedades em geral e também nas sociedades amazônicas. E, se a imensidão dessa responsabilidade não está assentada unicamente no jornalismo, também dele já não pode prescindir. Exige assim o que chamei de re-envolvimento dessa comunidade interpretativa numa atitude sensível à mercantilização desigual ou desmesurada do trabalho, da terra e da Natureza em geral ao representar este globalismo-localizado que é a Amazônia.

A cultura jornalística é hoje a verdadeira mediadora e até mesmo impositora de novas verdades no seio social, e isso se dá ainda, principalmente através da televisão. A dificuldade de fruição de uma cultura comprometida com o meio ambiente e de utopia democrática foi, portanto, o que construiu a hipótese dessa investigação e norteou a busca pelo percurso teórico e observação do empírico. Surgiu, para falar no jargão da comunicação, de um ruído pedagógico sentido por mim em sala de aula na tarefa de treinar novos jornalistas com essa consciência ambiental para atuarem nos conteúdos noticiosos sobre a Amazônia brasileira e que têm possibilidade de alcance de todas as esferas públicas falantes da língua portuguesa.

Estava claro para mim que conflitos políticos e econômicos dificultavam, no bojo desse processo globalizador, a penetração de conteúdos dessa monta cultural desejada, mas havia também uma persistente certeza que não me deixava esmorecer na luta por uma pedagogia engajada na militância do conceito de Jornalismo Ambiental que vem sendo construída no Sul, notadamente pelo pensamento do professor e jornalista brasileiro Wilson Bueno (2007). Bueno, quando diz que o Jornalismo Ambiental não deve estar separado em rubricas especialistas, quer refutar a ideia da existência de uma cultura de massa com significado irrevogável num sistema de comunicação dominado pelas elites mundiais.

Por isso, o objetivo principal foi o de encontrar caminhos possíveis para uma pedagogia que absorvesse o *ethos* dessa militância. E isto objetivou ainda o aprofundamento teórico e crítico do jornalismo no viés dos estudos culturais pós-coloniais, por perceber a impertinência e insuficiência da crítica que ainda deriva do paradigma funcionalista nas pesquisas de comunicação que não levam em conta o exercício da colonialidade de poder na comunicação social em suas práticas cotidianas de produção.

Mas se a Amazônia é um globalismo-localizado, o telejornalismo que emana da Amazônia é um localismo-globalizado no espaço da língua que lhe dá voz. Fazia-se necessária, assim, uma análise comparativa qualitativa das notícias neste espaço linguístico, compreendendo a fluxometria de chegada e de alcance das produções noticiosas hegemônicas sobre o tema do estudo em português. O método de Estudo de Caso Alargado de Burawoy, combinado com a Etnografia Multi-Situada de George Marcus, foi a solução encontrada para as dificuldades do campo, a saber: os níveis justapostos de observação das condições macroestruturais e conjunturais da produção noticiosa, que vão desde a rotina do trabalho até as determinantes estruturantes do fluxo de distribuição, levando-se em consideração os filtros e os portões possíveis no caminho de todo o processo de construção da notícia.

O objetivo principal levou-me à observação dos valores-notícia no noticiário generalista de duas produções dominantes na língua portuguesa sobre o tema Amazônia: a RTP em Portugal, e a TV Globo no Brasil; valendo-se da classificação teórica de Traquina (2002) que permite o olhar para a escolha dos acontecimentos a serem noticiados sobre a Amazônia e também para os valores de construção na linguagem dos textos dessas notícias encontradas. Mas, qual foi a valência utilizada nesse olhar? Pergunta antes de tudo justa, posto que se trate de um olhar subjetivado. O lugar de enunciação da investigadora e sua experiência profissional ao longo de 16 anos de carreira como jornalista, e dez como professora, evidentemente é o que pode responder a esta pergunta. A experiência com esse acordo tático entre jornalistas no reconhecimento do que é ou não motivador na transformação do fato em notícia, na concordância com o conceito de *habitus*¹⁹ do jornalismo de Bourdieu (1997), foi o que valorou o meu olhar.

As televisões com a maior infraestrutura de produção própria de notícias sobre a Amazônia, assim como de maior alcance de públicos no espaço da língua portuguesa capaz de incidir com força semântica nos países desse espaço linguístico encontradas, foram as televisões citadas. Apesar da grande diferença estrutural entre ambas.

O Estudo de Caso Alargado, com observação participante, deu-se de forma direta no interior da redação em Lisboa na televisão portuguesa em dois momentos distanciados em quase um ano entre um e outro; e também na TV Anhanguera, afiliada da TV Globo atuante na Amazônia, ambas amparadas com entrevistas em profundidade com os jornalistas-chave dos conteúdos observados. Já o impedimento pela TV Globo da minha presença na principal redação da emissora me levou a um processo de denegação às restrições impostas, processo esse que acabou por acurar o meu olhar e por vigorar todo o processo de trabalho de observação em vários níveis, em um ir e vir no tempo dessa observação que resultou na etnografia multi-situada já supracitada. Utilizei da plataforma de indexação das notícias mantidas pela TV Globo na Internet onde pude assistir quantas vezes fossem necessárias as produções das notícias dos jornais generalistas, assim como entrevistas fechadas com jornalistas e produtores, além dos depoimentos editados em larga escala pelos próprios jornalistas na divulgação do seu trabalho, o chamado “*making of*” das séries sobre a Amazônia.

Já o recorte do tempo da pesquisa foi imposto pela televisão portuguesa com a perda de conteúdo jornalístico pela emissora de quase dois anos de notícias. A nossa intenção era cobrir toda a produção noticiosa entre os anos 2004 e 2010 para fechar - principalmente para Portugal - a primeira década do século de análises sobre as notícias da RTP oferecendo continuidade aos estudos da doutora Maria Luiza Schmidt (2008), cujo trabalho encerrava no ano de 2003. Ficamos assim, com a recolha de notícias entre os anos de 2005 e 2011 de quatro jornais emitidos em sinal aberto pela RTP - O Bom Dia, o Jornal da Tarde e o Telejornal emitidos pelo Canal RTP1, além do Jornal 2, emitido pelo Canal RTP2. Na TV Globo, devido à enorme produção noticiosa sobre o tema de estudo, foi escolhido o jornal generalista de maior audiência e atuante há 40 anos no Brasil, o Jornal Nacional. O montante de produção encontrado foram 312 notícias, sendo 127 produzidas pela televisão portuguesa e 185 pelo jornal brasileiro.

ARREIMATE (IN)CONCLUSIVO

Os resultados encontrados que já têm sido debatidos em aulas de jornalismo da Universidade Federal do Tocantins, na dita Amazônia Legal, apontam principalmente para persistência da matriz discursiva colonial nas duas televisões de maneiras diferentes. A RTP alinhada com o pensamento político ambiental salvacionista da União Europeia de sua riqueza natural, também muito influenciada pelas ONGs internacionais,

demonstra total desconhecimento da população amazônica, e aponta para a vulnerabilidade que põe em cheque a sobrevivência no mundo. Isso está explícito na expressão mais usada na linguagem da emissora: “Amazônia é o pulmão do mundo”.

Já na TV Globo, essa mesma matriz discursiva está na valoração da riqueza amazônica alinhada com o pensamento político brasileiro comprometido - tanto o governo como a empresa emissora - com o agronegócio. A Amazônia, entretanto, já não é tão vazia, pois sua população passa a ser retratada pelos jornalistas, mas as necessidades dos amazônidas são tratadas como obstáculos ao crescimento do país. A vulnerabilidade se expressa na ideia colonialista racista de que índio na fronteira é perigo nacional. A expressão recorrente é: “A Amazônia é nossa”.

Mas a acuidade do olhar da investigação levou a especificidades que expressei através de perguntas que facilitassem a síntese das nuances percebidas nas entrelinhas do telejornalismo dessas televisões.

AMAZÔNIA PARA QUE TE QUERO?

A RTP quer a audiência que o exotismo e os perigos da natureza amazônica despertam nos portugueses em geral, que se coadunam perfeitamente ao apoio à política da União Europeia, principalmente em tempos que a agenda econômica não ocupa todos os espaços do noticiário. A TV Globo está intimamente interessada em noticiar os conflitos da Amazônia para garantir o sucesso dos seus maiores anunciantes, os empresários do agronegócio e o Estado brasileiro. É exatamente a isso que se deve a grande profusão de notícias e séries especiais sobre o tema, nos anos 2008 e 2009, quando se instaura a crise no bojo da governança brasileira entre as bancadas ambientalista e ruralista.

AMAZÔNIA, DE ONDE TE VEJO E PARA ONDE TE LEVO?

As notícias da Amazônia chegam às redações de Lisboa e Porto através das agências de notícias internacionais e através da parceira brasileira, a TV Bandeirantes, além de manter um correspondente no Brasil. Temos aí os portões bem abertos com a RTP, reproduzindo quase que na íntegra os interesses ou das agências ou da parceira, que são antagônicos e confundem mais do que esclarecem, numa total falta de tradução cultural desses conteúdos para as audiências portuguesas. São portas abertas, mas que estão a esmo. O correspondente João Pacheco Miranda foi deslocado à Amazônia apenas uma

vez nos seis anos de pesquisa para cobrir o Fórum Social Mundial em Belém, mas acabou por ouvir apenas as fontes oficiais do evento. Entretanto, vale dizer aqui que há espaço para emergências, bastando para isso mais envolvimento dos jornalistas na empreitada da tradução desses conteúdos para seus públicos.

Na saída, os portões da RTP também estão abertos por força da lei portuguesa para todos os países falantes da língua comum que, apesar de deixarem passar na maioria das vezes conteúdos sem a devida tradução, permitiu uma insurgência - eu uso esse termo para marcar uma força que se ergue tímida, mas que não chega a se constituir uma emergência, cuja força teria significado mais resultante. A insurgência partiu do jornalista Antônio Fernandes, que na altura encontrava-se na edição da grade do jornal Bom Dia, e permitiu a passagem de uma notícia produzida pela jornalista guineense Indira Baldé. Todos os portugueses puderam ver a relação entre crianças de Guiné e crianças da Amazônia, num projeto social de integração identitária, com uma representação da infância amazônica sob as lentes de um olhar africano.

Os portões de chegada das notícias na TV Globo são fechados. Todas recebem um controle e um tratamento editorial tradutório para o que a emissora considera que seja a cultura brasileira, com complementação de conteúdo. Insurgências são mais difíceis, embora não impossíveis, mas não foram observadas no recorte temporal da pesquisa.

Em nível nacional, ou seja, as notícias que chegam das afiliadas nos estados da Amazônia Legal, a emissora mantém controle diário pelos núcleos de rede. As notícias oriundas da Amazônia, portanto, só alcançam a rede nacional quando o fato é premente e de inexorável noticiabilidade ou, ainda, quando se coaduna com os interesses econômicos e políticos da empresa.

O resultado disso é que na fluxometria de saída das notícias da Amazônia temos, no geral, uma representação homogênea construída pela mentalidade dos jornalistas do eixo Rio-São Paulo criando uma assimetria de poderes para usar a metáfora norte-sul, no Brasil invertida no sentido sul-norte, reproduzindo no imaginário social a noção de dois brasis desiguais, tanto a nível nacional quanto internacional, com a excessiva repetição dessas notícias.

AMAZÔNIA, COMO TE REPRESENTO? O QUE DE TI RETIRO E O QUE PARA TI DEVOLVO?

E foi a terceira lógica da objetividade descrita por Rosen, de compromisso com o conjunto de rotinas do fazer jornalístico absorvida da cultura estadunidense na separação dos fatos das opiniões, e com a primazia de escuta das fontes oficiais, a mais utilizada em ambas as televisões. Esta escuta exclusiva dos discursos oficiais de ambos os países é interessante na avaliação, pois põe uma televisão privada a par com uma televisão pública e nos leva a ponderar a recorrente ideia - principalmente no Brasil - de que televisões governamentais seriam mais afeitas a censuras do que as privadas em tempos de estado mínimo e de grande domínio do mercado.

A diferença de formato, longo nas séries especiais da TV Globo e curtos na RTP, propiciou a emergência de uma melhor retratação dos povos da Amazônia para o público brasileiro, enquanto a RTP continuou a invisibilizar esses povos. Nas séries da TV Brasileira foi forte a lógica da monocultura do saber, do tempo linear e da classificação social. Mas houve insurgências em ambas as emissoras, principalmente proferidas por jornalistas comprometidos com os direitos humanos, como na série do jornalista brasileiro Marcelo Canellas e da notícia da jornalista portuguesa Lavínea Leal. Marcelo mostra tanto os saberes indígenas quanto o descaso do governo com esses povos, e ainda desmistifica a ideia de que eles são perigo à soberania nacional. Lavínea usa a imagem pretérita do índio para garantir o agendamento pela emissora, e acaba por se configurar como a única oportunidade à voz indígena oferecida pela televisão na língua portuguesa. Uma notícia que depois foi usada pelos índios em favor da sua causa no Supremo Tribunal Federal no Brasil, com a averbação da terra indígena no estado de Roraima, denominada Raposa Serra do Sol.

No mais, temos a televisão portuguesa valorando a morte na busca por audiência nas seleções de suas notícias e construindo suas narrativas sobre a Amazônia com dramas e ampliações, ora repetindo o mito do inferno verde, ora repetindo o do paraíso.

E temos a TV brasileira usando o valor “relevância” pautada no crescimento da economia brasileira e o valor “conflito” na apresentação dos povos amazônicos como transgressores da ordem e contrários a esse crescimento necessário à nação.

Na construção das narrativas, a linguagem da TV Globo também é repleta de dramatizações e de relevâncias de proximidade para reiterar a ideia de vulnerabilidade da Amazônia em relação aos olhos do mundo.

Para finalizar, gostaria de dizer que as insurgências não só confirmam a hipótese desta investigação, como me entusiasma para a continuidade de uma formação ética dos jornalistas da Amazônia de comprometimento com os direitos humanos e da natureza. Parafraseando o jornalista Marcelo Canellas: “[...] posto que é inaceitável abdicar da inquietude e da capacidade de se pensar livremente.” (2009, p.4).

Evidentemente que tal não encerra a possibilidade e até almeja novos olhares em outras investigações na perspectiva do sonho por uma descolonização do mundo do imaginário comum, especialmente na língua portuguesa. Afinal, sonhar também é preciso.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BUENO, Wilson. *Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa*. São Paulo: Marajoara, 2007.

BURAWOY, Michael. *The Extended Method*. In, *Sociological Theory*, vol. 16, p. 4-33, 1998. Disponível em: <<http://burawoy.berkeley.edu/Methodology/ECM.ST.pdf>>. Acessado em 22.01.2011.

CANELLAS, Marcelo. *Nem Imparcial, nem Engajado: O repórter como artífice da notícia*. Fundação Escola Superior do Ministério Público, 2009. Disponível em: <http://www.fesmp.com.br/leitura_artigos.php?id=21>. Acessado em 25.08.2014.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

_____. *Una Mingua para el Desarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales*. In; LIMA: *Programa Democracia y Transformación Global*, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2010. Disponível em: <<http://www.unc.edu/~aescobar/text/esp/escobar.2010.UnaMinga.pdf>>. Acessado em 08.08.2011

FERGUSON, James. *The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power*. In: LESOTHO. Cambridge/Nova York: Cambridge University Press, 1990.

- GRAMSCI, António. *A Concepção Dialética da História*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.
- MARCUS, George E. *Ethnography Through Thick & Thin*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- _____. *Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography*. In, *Annual Review of Anthropology*. Palo Alto, California, vol.24, p. 95-117, 1995.
- QUIJANO, Anibal. *Colonialidade de Poder e Classificação Social*, In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (Orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, p. 84-130, 2010.
- RIBEIRO, António Sousa. *A Tradução como Metáfora da Contemporaneidade*, 2005. In: *Eurozine*. Disponível em: < www.eurozine.com/articles/article_2005-07-18-ribeiro-pt.html >. Acesso em: 15.01.2010.
- RIST, Gilbert. *The History of Development: from western origins to global faith*. 3a Edição. Londres: Zed Books, 2008.
- ROSEN, Jay. *Para Além da Objetividade*. In: TRAQUINA, Nelson e MESQUITA, Mário (Orgs.). *Jornalismo Cívico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- SACHS, I. *Desenvolvimento Includente, Sustentável e Sustentado*. Garamond: Rio de Janeiro, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento, 1988.
- _____. *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *Semear Outras Soluções - Os Caminhos da Biodiversidade e dos Conhecimentos Rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, vol 4, 2008.
- _____. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (Orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez P. 31-83, 2010.
- SCHMIDT, Luísa. *Políticas Ambientais em Portugal - processos e insucessos entre o “global” e o “nacional”*. *Anais do VI Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 25 a 28 de junho, 2008.
- TRAQUINA, Nelson. *O que é Jornalismo?* Lisboa: Quimera Editora, 2002.
- TRAQUINA, N. e MESQUITA, M. (orgs.). *Jornalismo Cívico*. Lisboa: Horizontes, 2003.
- TRAVANCAS, Isabel. *Etnografia da Produção Jornalística - estudos de caso da imprensa brasileira*, *Brazilian Journalism Research*. Vol. 6, N° 2, p. 83-102, 2010.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WOLTON, Dominique. *Elogio do Grande Público: uma teoria crítica da televisão*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Ática, 1996.

NOTAS

- 1 Ecologia dos saberes: conceito desenvolvido por Santos (2008, p. 154-165) para definir a possibilidade de diálogo entre epistemologias diversas, hegemônicas e contra-hegemônicas, incluindo assim os chamados “conhecimentos tradicionais”.
- 2 Entendemos por comunicação ambiental democrática a informação sobre meio-ambiente que contribui para a formação ou manutenção da cidadania. O conceito de cidadania por sua vez é o de “cidadania imperfeita”, de Étienne Balibar, compreendido através de outro conceito, o de “comunidade de destino” citado por José Manuel Mendes (2004): “A comunidade de destino implica a prevalência de situações de incerteza e da conflitualidade, que não a violência, das condições do político (2001, p. 209). Esta comunidade de destino, na sua componente territorial, pode ir do prédio, rua ou bairro até ao globo como um todo. Como consequência, a cidadania é uma noção complexa, que se define e constrói sempre a vários níveis, em quadros múltiplos e articulados de forma diversa. A cidadania imperfeita é constituída, assim, por práticas e processos e não é tanto uma forma estável ou pré-definida”.
- 3 O conceito de colonialidade é descrito por Anibal Quijano na diferenciação do conceito de colonialismo apesar de ser constitutiva deste. Trata-se da persistência profunda e duradoura do colonialismo em uma população, que pode ocorrer dentro de um Estado-nação ou por um poder cuja sede se localiza noutra jurisdição territorial.
- 4 O “Estudo do Caso Alargado” foi desenvolvido por Michael Burawoy na Universidade de Manchester (Reino Unido) entre os anos 50 e 60 do século XX. Trata-se, grosso modo, de uma abordagem antropológico-etnográfica participante do estudo de determinadas situações nas quais estratégias e escolhas individuais apresentadas no contexto da vida cotidiana por um período estendido de tempo. O método implica em quatro extensões: a extensão do participante-observador na comunidade que está sendo estudada; a extensão das observações no tempo e no espaço; a extensão dos micro processos à macro estruturas e forças; a extensão da teoria que é a meta última e a base do método do caso estendido.
- 5 A etnografia “multi-localizada” ou “multi-situada” permite uma observação etnográfica de um campo complexo da investigação (MARCUS, 1995): um ir e vir incessante de uma reflexão ideológica derivada dos interesses dos estudos pós-coloniais e suas pretensões epistemológicas. O autor define “reflexividade ideológica derivada” diferenciando-a de “reflexividade essencial”, esta última sendo característica integrante de qualquer discurso, pois não se pode escolher entre ser reflexivo ou não no sentido essencial - é sempre uma parte do uso da linguagem. Então aponta a primeira como o uso da segunda: em “como lidar com a reflexividade essencial, como usá-la estrategicamente para interesses teóricos e intelectuais”.
- 6 O conceito de *Newsmaking* (WOLF, 2005) diz respeito às escolhas dos jornalistas tanto na transformação do fato em notícia, quanto na construção da linguagem da notícia e sua formatação nos meios de comunicação em questão nas rotinas de trabalho. O jornalista, portanto, é um sujeito que fabrica a realidade porque incorpora os critérios universais de seleção daquilo que distingue o que será ou não entregue ao público e como será entregue ao público. Tais critérios são os valores-notícia.
- 7 O conceito utilizado pela teoria de Traquina é absorvido do teórico Mauro Wolf (2005): são os critérios usados pelos jornalistas para a seleção e tratamento dos acontecimentos que irão se tornar notícia. Está, portanto, intimamente ligado à cultura jornalística, por que são compartilhados no mundo todo: valores-notícia de seleção e valores notícia de construção.
- 8 Teoria de produção da informação como um processo de escolhas, no qual o fluxo de notícias tem que passar por diversos “*gates*” (portões) até a sua publicação. Entende que há intencionalidade no jornalismo e que o processo é arbitrário e subjetivo realizados por esses “porteiros” que decidem o que vai passar para público e o que não vai.

- 9 Tradução livre da autora: “[...] a criar o que a ecóloga hindu, Vandana Shiva, chama de “monocultivos mentais”. Erode a diversidade humana e natural. Por isso o desenvolvimento privilegia o crescimento econômico, a exploração dos recursos naturais, a lógica do mercado e a busca por satisfação material e individual por sobre qualquer outra meta” (ESCOBAR, 2010, p. 22).
- 10 Encaixo aqui o jornalismo no conceito de cânone literário criado por Santos (2003, p.71), a saber, um conjunto de obras literárias que nos dias atuais as instituições dominantes consideram ser de grande representatividade, valor e autoridade na cultura da neoglobalização.
- 11 Também aqui me utilizo da terminologia de Santos para nomear a o local de tensão entre hegemonia e contra-hegemonia no processo de globalização. O localismo-globalizado são locais onde as especificidades das relações entre colonizados e seus colonizadores são mais visíveis (2005).
- 12 A “Amazônia Legal” foi um conceito político com fins econômicos criado no governo brasileiro à época da presidência de Getúlio Vargas, em 1953, através da Lei 1.806 e da Superintendência do Plano de Valorização Económica da Amazônia - SPVEA. Trata-se de um instrumento jurídico estratégico que ampliava o território amazônico, incorporando o Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44°), o Estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul, atualmente Estado do Tocantins) à região amazônica. A intenção à época era o planejamento do desenvolvimento econômico da região e garantia da soberania nacional neste território rico em recursos naturais e que estaria ameaçado por forças políticas externas à nação brasileira.
- 13 Utilização da figura de retórica - a metonímia - que consiste no emprego de uma palavra por outra na relação lógica ou de proximidade. Boaventura a considera similar à sinedoque, uma palavra empregada em sentido figurado que consiste em tomar a parte pelo todo ou o todo pela parte. A Razão Metonímia em Sousa Santos é uma racionalidade formadora da Razão Indolente juntamente com outros 3 tipos de formação: a Razão Impotente, a Razão Arrogante e a Razão Proléptica.
- 14 “Consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respectivamente” (SANTOS, Boaventura de Sousa, 2008, p.102).
- 15 “Consiste na distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias” (SANTOS, Boaventura de Sousa, 2008, p. 103).
- 16 “Nos termos dessa lógica, a escala adotada como primordial determina a irrelevância de todas as outras possíveis escalas” (SANTOS, Boaventura de Sousa, 2008, p.104).
- 17 “Nos termos dessa lógica o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável e, como tal, é inquestionável o critério de produtividade capitalista” (SANTOS, Boaventura de Sousa, 2008, p.104).
- 18 Pelo Artigo 2º da Convenção sobre Biodiversidade das Nações Unidas - CBD, por biodiversidade entende-se “ a variabilidade entre organismos vivos de todas as origens, incluindo, a *inter alia*, a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte. Inclui a diversidade interna às espécies, entre espécies e de ecossistemas”.
- 19 A concorrência econômica entre emissoras ou os jornais pelos leitores e pelos ouvintes, ou como se diz, pelas fatias de mercado realiza-se concretamente sob a forma de uma concorrência entre os jornalistas, concorrência que tem seus desafios próprios, específicos, o furo, a informação exclusiva, a reputação na profissão, etc., e que não se vive nem se pensa como uma luta puramente econômica por ganhos financeiros, enquanto permanece sujeita às restrições ligadas à posição do órgão de imprensa considerado nas relações de forças econômicas e simbólicas (BOURDIEU, 1997, p. 57-58).

Artigo submetido em: 09 de junho de 2016.

Artigo aceito em: 25 de abril de 2017.